DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 137/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/19623/2015
PROTOCOLO	:	1641299
ÓRGÃO	:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DEODAPOLIS
ORDENADORA DE DESPESAS	:	MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA VIANA
CARGO DA ORDENADORA	:	PREFEITA
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2015
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015
CONTRATADA	:	B. A. MARQUES - ME
OBJETO	:	FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E SEMI PERECÍVEIS DESTINADOS À GERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AO HOSPITAL MUNICIPAL CRISTO REI DE DEODÁPOLIS.
VALOR INICIAL	:	R$ 34.654,18
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUÍZO SINGULAR
RELATOR	:	IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 1ª E 2ª FASES. FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E SEMI PERECÍVEIS DESTINADOS À GERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AO HOSPITAL MUNICIPAL CRISTO REI DE DEODÁPOLIS. REGULARIDADE E LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REALIZADO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. PROSSEGUIMENTO.

O processo em epígrafe se refere à análise do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 017/2015 (peça 6) e formalização do Contrato Administrativo nº 033/2015 (peça 18), firmado entre o **Município de Deodápolis - MS**, CNPJ/MF n° 03.903.176/0001- 41, representado pela Prefeita, Srª. Maria das Dores de Oliveira Viana, CPF/MF n° 707.119.761-04 e de outro lado a empresa **B. A. Marques - Me**, CNPJ/MF nº 15.310.799/0001-90, representada pelo Sr. Célio Aparecido Marques, CPF/MF nº 474.341.399-00, como contratada.

O objeto do presente contrato é o fornecimento de gêneros alimentícios, perecíveis e semi perecíveis destinados à Gerência Municipal de Saúde e ao Hospital Municipal Cristo Rei de Deodápolis, no valor de R$ 34.654,18 (trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos).

A 2ª Inspetoria de Controle Externo, através da análise ANA-2ICE-28507/2015 (peça 21) se manifestou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 017/2015 e formalização do Contrato Administrativo n° 033/2015.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados nos autos e por meio do parecer PAR - MPC - GAB.6 DR.JAC - 18999/2015 (peça 22) opinou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento respectivo, pois se encontram nos moldes da legislação vigente.

É o relatório.

Conclusos vieram os autos para decisão.

Cumpridos os pressupostos processuais e instruídos regularmente os autos, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, "b", da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O mérito da questão repousa na análise do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 017/2015 e na formalização do Contrato Administrativo nº 033/2015.

No que tange ao procedimento licitatório, este seguiu os ditames da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente o disposto na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, acompanhado da dotação orçamentária garantidora dos dispêndios, da aprovação pela assessoria jurídica, da habilitação dos licitantes, das atas e deliberações e dos atos de adjudicação e homologação do resultado.

O instrumento de contrato foi formalizado de acordo com as determinações do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e estabelece com clareza e precisão as condições para a sua execução.

O contrato foi firmado em 29/4/2015 e a publicação de seu extrato ocorreu em 29/5/2015 (peça 19), em conformidade com o prazo estabelecido pelo parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n° 8.666/93.

Desta forma, acolho o posicionamento adotado pelo eminente Procurador de Contas porquanto, de fato, o procedimento licitatório e a formalização do contrato administrativo se mostram adequados às normas legais vigentes.

Ante o exposto, com fundamento legal no artigo 21, II e artigo 59, I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, combinado com os artigos 9º e 10, II, artigo 120, I e II, artigo 121, I e II e artigo 171, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013, acolho o parecer ministerial e **decido**:

1 – Pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 017/2015 e formalização do Contrato Administrativo nº 033/2015, firmado entre o **Município de Deodápolis - MS**, CNPJ/MF n° 03.903.176/0001-41, representado pela Prefeita, Srª. Maria das Dores de Oliveira Viana, CPF/MF n° 707.119.761-04 e de outro lado a empresa **B. A. Marques - Me**, CNPJ/MF nº 15.310.799/0001-90, representada pelo Sr. Célio Aparecido Marques, CPF/MF nº 474.341.399-00, como contratada;

2 – Pelo retorno destes autos à 2ª ICE para que aguarde a total execução financeira do contrato, nos termos do artigo 84, parágrafo único, II, "a" combinado com o artigo 120, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 - Pela intimação dos interessados acerca do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, combinado com o artigo 70, § 2º e artigo 99, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande - MS, 3 de fevereiro de 2016.

IRAN COELHO DAS NEVES

Conselheiro-Relator